

disputas eleitorais e nos processos cooptativos das forças políticas.

É de se ver que, em semelhantes circunstâncias, as forças tradicionais vinculadas ao modelo "colonelismo/clientelismo" teriam encarado com satisfação e esperanças a "operação limpeza" efetuada em 1964 em relação a tais "perturbadores populistas" - mas provavelmente as esperanças duraram pouco, uma vez que o novo Governador Arthur Reis, quando mais tarde assumiu, tudo indica que não se apoiou nos resquícios "populistas" mas também não se prestou ao mero retorno das forças dominantes tradicionais. Antes pelo contrário, fatores indicam que preferiu atuar como mediador de uma intervenção federal modernizante e desenvolvimentista, moldada por elementos que buscavam ser tecnocráticos e que, por isso mesmo, procuraram armar um plano e segui-lo sem grandes acenos aos "donos do poder" locais.

Não é difícil configurar, nesse quadro, o relativo isolamento em que ficaram, de um lado, estruturas como o Governo do Estado e, de outro lado, expressivas forças políticas locais. Também não é difícil configurar que, nessa situação, o êxito tanto da política de intervenção quanto do regime de isolamento passariam fortemente a depender do sucesso que o Governo Estadual obtivesse em sua modernização administrativa e econômica.

Como é discutível que a modernização mostrasse o esperado sucesso à medida que o período governamental ia se aproximando do seu fim - inclusive porque os apoios federais e os planos funcionaram aquém do previsto - natural terá ficado a diminuição do isolamento e mesmo uma busca conjunta e algo sôfrega de alternativas desenvolvimentistas mais fortes para o Estado - pois, do contrário, um confronto declarado entre os setores intervencionistas e as forças tradicionais certamente serviria para privilegiar os remanescentes "populistas" em futuras eleições.

A criação da nova ZFM se insere nesses horizontes - como também neles se enquadram os céleres esforços realizados no 1º semestre de 1967 para que a efetiva implantação da ZFM fosse viabilizada naquilo que dependia de estruturas e processos políticos locais.

4 ESTRUTURAS E PROCESSOS POLÍTICOS QUANTO À ZFM EM FUNCIONAMENTO

4.1 A ZFM COMO REFERENCIAL DA ATUAÇÃO PÚBLICA NO AMAZONAS

Admite-se neste capítulo que, uma vez implantada e em funcionamento, a ZFM acabou significando um dos principais elementos para que o aparelhamento estatal (federal, estadual e municipal) reformulasse a modelagem de sua operação em todo o Amazonas - e que is

to envolveu, está envolvendo e tenderá a envolver mudanças fundamentais na dinâmica política amazonense, acabando por ensejar determinadas "ações de retorno" ou "efeitos bumerangues" sobre o próprio empreendimento da ZFM(43).

A hipótese é a de que tal aparelhamento teria passado a apoiar/subsidiar, a partir de então, no Amazonas, sobretudo a acumulação capitalista centrada na ZFM e não em outras áreas e atividades tradicionais da sociedade/economia do Estado - ocorrendo que os mecanismos fundamentais para tal mudança de modelagem, em termos políticos, teriam sido a "gestão forânea" da SUFRAMA e da nova atuação de outros órgãos federais no Estado, bem como a "política intervencionista" da União sobre o Governo Estadual.

Em termos mais específicos e ao que vários fatores indicam, a hipótese aponta que, uma vez implantada e em funcionamento a ZFM, a) a SUFRAMA tem se demonstrado um empreendimento "gerido de fora" do Amazonas - a princípio em caráter praticamente integral e, ultimamente, com certas amenizações relativas; b) que os demais órgãos federais antigos ou novos sediados no Amazonas, todos também "geridos de fora", quando passaram a desenvolver outras ações significativas, o fizeram comumente tendo por referencial centrado o reforçar a ZFM ou suavizar efeitos perversos desta; e c) que aquilo que foi cha-

mado em 3.3. de "política intervencionista" da União sobre o Governo do Estado do Amazonas teria, a partir da implantação da ZFM, registrado aguçamentos e, ultimamente, certas amenizações, mas, igualmente, teria conduzido o Governo Estadual a também utilizar a ZFM como referencial central em sua atuação.

Tendo em vista aclarar, embora nos termos simples e breves que se impõem neste documento, diversos fatores relevantes que dão suporte à hipótese referida, o restante deste capítulo focalizará em 4.2. e 4.3. as temáticas da "gestão forânea" e da "política intervencionista" assinaladas e, em 4.4., abordará alguns elementos de nomeada sobre a dinâmica política associada a tudo isso.

4.2 A ZFM COMO PREPONDERANTEMENTE GERIDA DE FORA

4.2.1 SUFRAMA

Que a ZFM foi concebida para ser comandada pela União, eis algo patente a um simples exame do Dec. Lei nº 288/1967 que, nos seus caps. de III a V, dispõe sobre a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), vincula-se ao Ministério do Interior, estabelece a sua constituição da SUFRAMA é nomeado, por indicação do Ministro do Interior, pelo Presidente da República ou dispõe que o Conselho Técnico, uma espécie de legislativo da entidade, é formado

por 6 membros dentre os quais apenas um (o representante do Governo do Amazonas) não é necessariamente dependente da União.

Não fôra o que dispõe o próprio estatuto que a criou, a SUFRAMA até dez./1979 teve 5 superintendentes e nenhum "foiz feito" pelas forças políticas propriamente do Amazonas - ocorrendo que, dentre todos, apenas o atual superintendente é oriundo do Estado, mas, mesmo assim, sem "ter sido feito" pelo atual Governador e as forças políticas locais a este vinculadas, como, aliás, parece ficar demonstrado por uma crise veio à luz justamente em dez/1979 (44).

Importa, assinalar, ademais, que a condução mais detalhística da SUFRAMA pode confirmar, se examinada, essa "gestão forânea" prevalente.

Já houve pelo menos um Ministro do Interior que, sobremodo interessado na administração da ZFM, fazia questão de acompanhar pessoalmente o empreendimento e de nele ter ingerências numerosas, inclusive em questões de detalhes (45). A SUFRAMA não raras vezes tem apelado para consultoras externas (comumente do Centro-Sul) assessorarem-se na formulação de determinados projetos ou no encaminhamento de certas decisões (46). Tendo funcionado inicialmente com um reduzido corpo técnico que de certa forma lhe foi emprestado via Fundação Getúlio Vargas, a

SUFRAMA, quando organizou o seu próprio quadro técnico, ocupou seus principais postos com personalidades de diferentes lugares do Brasil - e apenas nos últimos anos uma razoável "densidade" de amazonenses parece perceptível ali.

4.2.2 OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS

Que os órgãos da administração federal sediados em um dado Estado sejam comandados pela União e, pois, "geridos de fora" do dado Estado - eis algo que em termos jurídicos não suscita maiores discussões e, portanto, não exige maiores exames em relação ao caso dos sediados no Amazonas.

Em termos políticos é óbvio que a questão pode exigir maiores exames, dependendo da historicidade que se focaliza, sabido como é existirem situações, nos contextos federais, em que as agências da União, sediadas em um dado Estado-membro, podem se tornar arenas cruciais da luta entre forças políticas "estaduais" que pretendem controlá-las e, pois, "geri-las de dentro".

Na historicidade brasileira e do Amazonas pós 1964 parece questionável que se possa dar crédito a uma hipótese segundo a qual, em relação aos órgãos federais sediados no Estado, as forças políticas propriamente amazonenses tivessem muitas possibilidades de controlá-los. Se, no Brasil como um todo, a chamada "crise do federalismo" então se acentuou face à escalada centra

lista tão à feição de exigências do capitalismo em marcha no país, seria veleidade ingênua imaginar o Amazonas como candidato a exceção. Por outro lado, diversos fatores indicam - e o item 4.3. fará considerações a respeito - que no caso do Amazonas, onde após 1964 esteve em curso a referida "política intervencionista" sobre o Governo Estadual frequentemente até exarcebada, a argumentação a fortiori é que se demonstra a mais cabível: se o próprio Governo do Estado ficou não raras vezes "gerido de fora", seria exagerado cogitar-se de uma União propensa a deixar que seus próprios órgãos fossem "geridos de dentro".

Se aceitáveis tais indicações sobre a "gestão forânea" também de outros órgãos federais sediados no Amazonas, cabe verificar em seguida, algo sobre como tais órgãos passaram a atuar após a implantação da ZFM.

É claro que a implantação da ZFM implicou, em relação aos federais fazendários, uma nova série de atividades e uma visível expansão.

De outro turno, vários órgãos federais que já existiam igualmente passaram a merecer expansões e/ou reformulações operativas, sendo disso exemplos a Universidade do Amazonas, a Escola Técnica Federal do Amazonas, os órgãos militares (o Comando Militar da Amazônia foi transferido de Belém para Manaus), o órgão rodoviário ou o INPA - em-

bora dificilmente fosse correto afirmar que tais mudanças advieram exclusivamente em função da emergência da ZFM, já que, entretanto, determinadas alterações sócio-econômico-políticas estavam acontecendo na Amazônia como um todo e Manaus assumia grande importância como base operacional para a União, mormente na Amazônia Ocidental.

É certo que agências federais novas ou resultado de modernização de agências antigas surgiram no Amazonas, como é o caso da EMBRATEL, do IPEAOC (Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias da Amazônia Ocidental) ou EMBRAPA, do CNS (Centro Nacional de Seringueiras) ou do SINE - mas também nesses casos seria difícil admitir simplesmente que o seu surgimento derivou da implantação da ZFM, pois a instalação de tais agências em Manaus estava, de um modo geral, associada a uma modernização que também ocorria a nível nacional.

Se as considerações expressas em 4.2.1. e 4.2.2., até agora, mostram que a SUFRAMA e os órgãos fazendários seriam os casos limites, em que a administração federal teria expandido sua atuação no Amazonas diretamente sob o impacto da ZFM - o que nos demais casos não seria demonstrável - importa reconhecer que tais considerações implicariam em uma conclusão enganosa. Em verdade, se se analisa o que ocorreu tomando a constelação de órgãos como critério, a conclusão seria assim - mas tal conclusão po-

de mudar inteiramente se se passa a enfocar certos projetos/investimentos fundamentais que vários órgãos federais implementaram no Amazonas, pois então se clarifica a influência direta que a implantação da ZFM pode ter tido no mudar a modelagem operativa federal.

Com efeito, alguns exemplos podem subsidiar esta outra conclusão. O Governo Federal implantou em Manaus um dos 3 mais modernos e importantes aeroportos do país - e não somente em pista e infraestrutura de vôo, mas como uma sofisticada estação de passageiros bem coerente com necessidades despertadas pela ZFM. Implantou também, via EMBRATEL, um moderno e caro sistema de telecomunicações capaz de eficientemente ligar Manaus com os restos do Brasil e do Mundo, via satélite, inclusive com canal de imagem, o que aparentemente só se teria tornado justificável face ao advento da ZFM e suas exigências na matéria. O Banco Nacional de Habitação e outras agências atuando no chamado desenvolvimento urbano (CNPU, EBTU, etc) operaram e Manaus, comumente via Governo estadual (COHAB-Am) ou Prefeitura de Manaus, propiciando apoios técnicos e financeiros para que a cidade contasse com planos e projetos urbanísticos, habitacionais e outros capazes de atender a necessidades erguidas em função da ZFM ou endereçados para amenizar problemas decorrentes também da ZFM. A CORAL e outras agências federais do ramo

cuidaram para que a Central de Abastecimento de Manaus surgisse (e inclusive alterando a primitiva filosofia do "sistema nacional de abastecimento", segundo a qual cidades do porte de Manaus teriam mercados terminais e não CEASAS).

4.3 A "POLÍTICA INTERVENCIONISTA" SOBRE O GOVERNO DO ESTADO

No que tange ao Governo do Amazonas sujeito à "política intervencionista" que em 3:3. foi dita como iniciando mormente em 1964, é perceptível a um simples e perfunctório exame histórico como a intervenção, no período 1968/1979, continua, aumenta e provavelmente chega a um auge aí entre 1972 e 1977 - para ir registrando certas amenizações de 1978 em diante.

Sob vários ângulos tal processo poderia ser focalizado, mas, por imperativos de simplificação e brevidade, vale contemplá-lo sob duas indicações exemplificativas.

Sabe-se que a reforma tributária que entrava em vigor no início do período, ao substituir o IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações) pelo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), atingia fundamente as bases financeiras dos Governos Estaduais e, sobretudo, de estados "periféricos" e grandemente dependentes de importações do Centro-Sul, como o Amazonas, que se viram rapidamente a braços com grande cri-

se de recursos. Quando tal crise se ensejou medidas compensatórias por parte do Governo Federal, a criação de fundos como o de Participação dos Estados e Municípios ou o Especial Norte-Nordeste praticamente passou a significar que, para importantes efeitos, estados como o Amazonas estavam sob virtual tutela da União, pois relevante parcela de seus recursos passava a depender de controles federais, e, gradativamente, da prévia aprovação de projetos por parte do Ministério do Planejamento, via SAREM (Sub-Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios).

Mecanismos a exemplo desse passaram a pesar substancialmente para que, no Amazonas, mesmo se Governadores e forças políticas locais não o desejassem inteiramente, as chamadas "modernizações administrativas" e a criação e/ou fortalecimento de estruturas tecnocráticas ganhassem priorização, comumente sob apoios e mesmo pressões do Governo Federal. Isto repercutiu naturalmente na configuração que vieram a ter os secretariados e outros escalões importantes na administração estadual - a ponto de, por exemplo, no auge do "intervencionismo", Governador e maioria dos secretários provieram de fora do Amazonas(47).

É claro que não ocorreu apenas no Amazonas o processo ora em focado à luz das duas exemplificações - e que, sob este prisma, não

se pode afirmar que o processo aconteceu no Amazonas a fim de tornar o Governo Estadual caudatário puramente daquilo que a União pretendesse quanto a fortalecer a ZFM.

Não obstante, dada a grande ponderação que Manaus sempre teve na sociedade/economia amazonense - ponderação que, aliás, muitos dados comprovariam ter expressivamente aumentado após a ZFM - é de se supor que boa parte da "política intervencionista" tenha ocasionado, para o Governo Estadual, transformar sua atuação tendo em vista reforçar a acumulação capitalista centrada na ZFM e não em outras áreas e atividades tradicionais. Impõe-se não esquecer, ademais, que, para essa direção contribuíam agudamente fatores como aquele já referido, qual seja o da ZFM ser vista ideologicamente como uma fórmula redentora em prol de um Amazonas desenvolvido.

4.4 SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA QUANTO A ZFM EM FUNCIONAMENTO

4.4.1 ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

Se demonstrado que a "gestão forânea" e a "política intervencionista" tem caracterizado o aparelhamento estatal que age no Amazonas centrado nos mecanismos da ZFM - com um auge entre 1972 e 1977 e com amenizações no período recente - impõe-se, no momento, um duplo reconhecimento:

a) que é de âmbito nacional e

não simplesmente amazonense a dinâmica política básica de que resulta a orientação desse aparelhamento;

b) que o presente trabalho - calcado em uma pesquisa restrita mormente a elementos regionais - não tem possibilidades de esclarecer essa dinâmica toda e, portanto, deve dedicar-se, a seguir, i) a elaborar conjeturas sobre a dinâmica nacional em tela e ii) considerar a dinâmica política regional sobretudo enquanto capaz de aclarar como ela influiria sobre a ZFM de 1978 em diante, isto é, quando passa a se amenizar a "gestão forânea" e a "política intervencionista".

4.4.2 NOTAS SOBRE A DINÂMICA EM ÂMBITO NACIONAL

Naquilo que concerne ao primeiro aspecto, há que levar em conta que a União, expressando o estado brasileiro, se tem realizado as operações mencionadas no Amazonas, centradas na ZFM, é por que evidentemente a isso tem sido levada pelas forças políticas que, tendo conseguido se impor na dinâmica sociedade civil/estado, segundo os regimes de mobilização / participação historicamente vigentes, fazem parte do bloco no poder e tem interesses em tais operações.

É lícito supor que, a partir das atividades mais importantes da ZFM em termos de favorecer dada acumulação capitalista, será pos-

sível inferir prováveis forças interessadas em influir, sobre a União, no sentido de que suas agências ganhem um certo tipo de gestão no Amazonas.

Uma vez que a ZFM vem, desde a sua implantação, privilegiando como atividades básicas a) as indústrias características das "zonas de livre produção" (48) e b) as comerciais quanto a artigos estrangeiros ligadas ao turismo interno brasileiro - isto é, atividades fundamentalmente de importação de bens estrangeiros para industrializar e comercializar, bem como de exportação para o mercado nacional de bens ali produzidos - pode-se partir daí para as possíveis inferências.

Claro é, a partir daí, que determinados grupos e forças tendem a sobrelevar dentre os principais interessados na ZFM, como se conjetura resumidamente a seguir.

Grupos industriais multinacionais que, face a determinada rigidez do protecionismo brasileiro, se vissem impedidos ou contidos quanto a realizar certas práticas de conquista ou consolidação no mercado nacional, teriam interesse em penetrar ou se fortalecerno país produzindo em Manaus com base em componentes importados - sobretudo se contemplados, por acréscimo, com insenções e subsídios governamentais, com possibilidades de trabalhar com mão de obra barata, com aberturas para exportar de Manaus para o mercado con-

sumidor do Centro-Sul e de outras regiões e com outras vantagens. Que a chamada burguesia ligada ao capital estrangeiro, patrocinando os interesses desses grupos, possa ter tido notável papel na sedimentação política da ZFM, não deve surpreender. Isto não apenas corresponderia ao que já se mencionou do referencial teórico, como aquilo que diz respeito a certos casos históricos no Brasil recente; como, por exemplo, os confrontos e associações políticos que ensejaram a implantação em Minas Gerais de uma indústria automobilística como a FIAT ou de certas indústrias de bens de capital.

Alguns grupos industriais nacionais igualmente teriam interesses na ZFM, desde que submetidos a determinados problemas ou ameaças, como o receio da ou a própria ocorrência das multinacionais do setor respectivo, a limitação em matéria de desenvolvimento tecnológico nacional tornando-os agudamente dependentes de componentes "modernos" importados, etc. Produzir em Manaus, para o mercado brasileiro, com base em componentes facilmente importáveis e em outras vantagens como as acima assinaladas - eis alternativa obviamente sedutora, seja para operarem por si mesmos em condições melhores face a concorrência das multinationais, seja para realizarem associações com as próprias multinationais. E, destarte, além de contar com o suporte de burguesias ligadas ao

capital estrangeiro, a ZFM passaria a dispor de burguesias "mais nacionais" em seu apoio.

Grupos comerciais estrangeiros (como os característicos de zonas de livre comércio como Hong Kong, Panamá, etc) e nacionais (como alguns de Manaus que se implantaram e/ou cresceram com a ZFM - ou alguns do Centro Sul que ali abriram sucursais) também seriam interessados em apoiar, por suas guardas-avançadas políticas, a ZFM, com base em experiência e/ou conhecimentos que tivessem sobre como pode ser lucrativo transacionar com bens estrangeiros em zonas francas do tipo da de Manaus.

Grupos ligados ao turismo interno brasileiro (agências de viagens, companhias transportadoras, grupos hoteleiros, etc) obviamente seriam, também, propensos a dar suporte ao pleno funcionamento da ZFM - não apenas por dizerem respeito a um setor que, embora em nítida expansão no Brasil, tem registrado ciclos de crise, mas por ser facilmente perceptível que a ZFM significou e tem significado uma nova frente operacional para os mesmos.

Além desses grupos fundamentais, outros poderiam ser mencionados com tendência a terem interesses solidários com os acima, sendo de se destacar mormente os financeiros e os tecnocráticos vinculados e/ou associados a aqueles.

Em outras palavras, não seriam todas as burguesias nacionais as

em princípio interessadas no empreendimento da ZFM, mas tão somente ou sobretudo aqueles segmentos de burguesias que, de alguma forma, dependeriam fundamentalmente de transações com bens estrangeiros importados, assim como os segmentos àqueles associados.

É de se admitir que, contidos em seus interesses face a linhas tidas como rígidas do protecionismo/abertura capaz de lhes beneficiar decisivamente - e se atraíram com empenho à promoção/sustentação política de tal mecanismo.

Como tais segmentos conseguiram impor no bloco do poder nacional a idéia da fundamentalidade da ZFM - para que esta, após criada e implantada, entrasse em efetivo funcionamento - eis uma dinâmica que, embora não se conheça nos seus detalhes, se pode facilmente asseverar, com base no que já foi visto neste documento, que se alicerçou em idéias-forças como a do "desenvolvimento da Amazônia", a da "integração nacional" ou o "compensar o Amazonas com um instrumento capaz de subtraí-lo à marginalidade em que fora lançado, etc.

4.4.3 NOTAS SOBRE A DINÂMICA EM ÂMBITO ESTADUAL

4.4.3.1 ALGUNS PRESSUPOSTOS

Naquilo que concerne ao outro aspecto selecionado para apreciação nesse capítulo

- o da dinâmica política envolvida, a nível estadual, decorrentemente da recente amenização na "gestão forânea" e na "política intervencionista" - vai-se, a seguir, cuidar mais da dinâmica referente a tal amenização, visto que, antes disso, em 4.3., observações já foram feitas sobre o modelo geral da "política intervencionista" sobre o Governo Estadual.

Supõe-se que a referida amenização poderia ser caracterizada (e comprovada) de muitas maneiras, dentre as quais duas, verso e reverso de um mesmo movimento, podem ser destacadas: a suavização no estilo "imperial" com que o aparelhamento de Estado em operação no Amazonas era comandado de Brasília e, paralelamente a isto, a outorga, a forças políticas sediadas no Amazonas, da possibilidade de participar mais ponderavelmente na condução do dito aparelhamento.

Não se pode assegurar que a suavização assinalada tenha relação direta com a evolução da ZFM. Visto que, por exemplo, tem ocorrido com outros estados do Brasil e em todos os da Amazônia, pode-se dizer que faz parte de um processo maior em curso no país - e certamente transcende os escopos deste documento ensaiar, analisá-la ou explicá-la.

Quanto ao outro aspecto - o da "abertura" para uma participação de forças políticas locais -

como em cada estado tende a ganhar cores particulares em função de situações históricas específicas, certamente no Amazonas exhibe peculiaridades suas. E a hipótese que se julga oportuna, para o caso do Amazonas, é a de que, na dinâmica das forças políticas nessa nova conjuntura, a questão da ZFM tem ocupado e tende a ocupar uma posição efetivamente central.

Para que se entenda isso, é necessário levar em conta que, com a ZFM, Manaus acabou registrando mudanças profundas e, quanto ao Estado do Amazonas, mudanças não deixaram de ocorrer. Não se incluindo entre os propósitos deste documento tratar das mudanças socioeconômicas de Manaus e do Amazonas, convém contudo lembrar algo a respeito, para que se chegue às mudanças que aqui interessam, as políticas.

Quanto a Manaus, a população cresceu substancialmente, a fisionomia e o processo urbano alteraram agudamente o seu semblante, um amplo setor industrial ligado à ZFM surgiu em termos inteiramente novos, igualmente um setor comercial transacionando com bens estrangeiros nasceu, um setor hoteleiro emergiu inclusive com unidades sofisticadas e um fluxo intenso em matéria de turismo receptivo percorre a cidade - implicando tudo isso em crescente complexidade quanto a camadas ou classes sociais, uma vez que Manaus passou a contar com empresários dos mais

diversos tipos, executivos dos mais variados escalões em setores privado e público, trabalhadores de diferentes ramos e estatutos, populações marginais em quantidade que se supõe expressiva, configurando um perfil capitalista, com todas as suas contradições, ímpar na Amazônia.

Quanto ao Estado do Amazonas, unidade brasileira que, segundo um entrevistador ali altamente colocado na estrutura tecnocrática, "mais se beneficiou da revolução", não deixou de registrar mudanças em alguns casos de razoável monta: as novas estradas, a nova estrutura de comunicações (onde se destacam emissoras de TV com rede repetidora cobrindo importantes áreas do *hinterland*), o reforço à posição de Manaus no contexto estadual, o relativo esvaziamento do Interior, a crise da economia tradicional de base extrativista, a "modernização" geral do aparelhamento estatal, etc.

4.4.3.2 UM NOVO QUADRO POLÍTICO

Em termos mais diretamente políticos, tais mudanças e outras ocorridas em Manaus e no Amazonas acarretaram e tendem a acarretar determinadas transformações dignas de nota.

No que tange ao quadro político de até fins de 1967, em linhas gerais já traçado em 3.3., é claro que a situação se alterou ou pode se alterar sobremodo em ma-

téria de forças políticas e forças de dominação. Os novos segmentos empresariais que se acrescentaram à economia amazonense com fortes interesses a patrocinar/defender, com poder econômico substancial e com articulações intensas como o capital nacional e/ou internacional, certamente já constituíram e tendem a constituir em moldes mais acurados as suas respectivas projeções em termos de forças políticas no Amazonas. O elevado aumento relativo no número de trabalhadores em Manaus - e, mais importante, o incremento nos regimes de trabalho capitalistas, com as suas diversas taxas de exploração - certamente já configurou e tende a mais acuradamente configurar contingentes com dados níveis de conscientização e organização, para o trânsito de "forças sociais" para "forças políticas", mormente à medida que estruturas sindicais, partidárias, de "movimentos sociais", etc, em contexto mais aberto, propiciem condições para tal. A expansão de populações marginais em Manaus e no Interior do Estado, ao lado da modernização dos sistemas de comunicação e da opulência consumista do turismo, certamente já moldou e tende a moldar com mais vigor caldos de cultura para mobilizações políticas de certa monta. E assim por diante.

Se é lícito supor que grupos empresariais com vinculações nacionais e multinacionais, por já

deverem contar com experiências de confrontos em áreas de capitalismo mais "avançado", podem preferir prevenir do que remediar problemas e conflitos sócio-políticos no Amazonas que possam comprometer sua acumulação principal - segue-se que os novos segmentos capitalistas já estarão e tendem a estar mais decisivamente interessados na dinâmica política por um domínio no Estado - que, por exemplo, viabilize as "operações prevenções" também a esse nível - pelo que, em outras palavras, já se terão transformado e tendem em grau maior a se transformar em forças políticas fundamentalíssimas no Estado, por si e por seus aliados (como as burguesias locais que se associam a tais grupos, os seus "intelectuais orgânicos", etc).

As "operações prevenção" podem estar sendo e vir a ser assás variadas: inversões "sociais", promoções assistencialistas, melhorias salariais controladas, em troca de maiores subsídios governamentais diretos ou indiretos, aceitação de alguns índices de "regionalização" acaso compatíveis com o modelo de uma ZFM voltada "hacia afuera", etc.

Claro é, face às considerações acima, que o quadro esboçado em 3,3., ficou diverso de 1968 em diante. As forças tradicionais, que em 1964 viram com imaginável satisfação afastados os "perturbadores populistas", nem por isso tiveram as seguradas a volta ao

antigo domínio e, mesmo após a quebra do isolamento mencionada, tiveram que assistir, relativamente marginalizadas, à emergência de novas forças econômicas e tecnocráticas com a ZFM. Aos poucos, vários segmentos seus acabaram por se associar às novas forças, inclusive porque a "frente ideológica" e as oportunidades de bons negócios a isto favoreciam. Isto enseja, naturalmente, implicações provavelmente tão variadas, entre as forças tradicionais e as novas, que só uma percuciente e específica pesquisa a respeito poderia mapear detalhes. Estabeleça-se, não obstante, como traços provavelmente marcantes do novo quadro:

a) que o regime de dominação em geral nada parece ter mudado em relação ao tradicional amazense, pois apenas o bloco dominante passou a admitir novas camadas possuidoras e terá continuado com o antigo perfil excludente em relação às demais;

b) que o estilo de governar ou de conduzir o aparelhamento estatal terá acusado mudanças, sem embargo de persistir o regime de dominação, pois a preocupação de "mostrar serviço" inclusive por meio da publicidade sistemática, emergiu como característica - convido notar, por outro lado, que as muitas inversões feitas em Manaus e as transformações ali ensejadas pela ZFM tem possibilitado esse "mostrar serviço", embora, é claro, a propaganda tenda a dei-

xe de lado os efeitos negativos advindos do que tem sido realizado e, ademais, silencie sobre o caráter subsidiador da acumulação privada que peculiariza muito daquilo que tem sido feito;

c) que, apesar dos grandes aumentos relativos registrados nos contingentes de trabalhadores e nas populações marginais em Manaus, não se tem afigurado perceptíveis movimentos de mobilização e organização dessa possível massa, o que provavelmente está correlacionado com a fraqueza das estruturas sindicais, com o "clima ideológico" das loas contadas sobre os benefícios da ZFM, com as cooptações repetidas operadas em relação a líderes partidários e "populares" (inclusive a antigos "perturbadores populistas" que não chegaram a ser afastados), etc;

d) que mesmo um dos fatos políticos mais notáveis em relação à ZFM, ocorrido durante o subperíodo aqui considerado como de amenização - que foi, por parte de forças tecnocráticas, a elaboração do PDP/ZFM (Plano Diretor Plurianual) estabelecendo reclamos e fórmulas retificadoras (como a referente a um índice de "regionalização") que não podem ser considerados nem anti-capitalistas nem "revolucionários" - mostrou que provavelmente o regime de dominação ficou mantido, no essencial, ao longo dessa etapa de sua vização (o PDP acabou não sendo aprovado em 1978 ao nível políti-

co, embora a nova direção da SUFRAMA esteja preocupada com implantar algumas medidas corretivas por ele preconizadas e tenda a realizar inversões corretivas "sociais";

e) que, não obstante a manutenção do regime, o "clima ideológico", os processos captativos i-teirados, etc., é possível considerar que o avanço do capitalismo no Amazonas, via sobretudo ZFM, não deixa de configurar sérias contradições em termos políticos, como se pode inferir dos epifenômenos eleitorais, cujos resultados, em geral contra a ARENA ou dificilmente favoráveis a esta, podem ser expressivos sobre uma percepção, muito mais aguçado do que parece à primeira vista, a respeito de problemas que tal tipo de desenvolvimento capitalista estaria ensejando no Estado.

Isto obviamente deve conduzir as presentes conjeturas a enfocarem algo em termos prospectivos.

4.4.3.3 ENSAIO PROSPECTIVO

Parece não dúbidas sobre quais deveriam ser, sob o usual cláusula *coeteris paribus*, as aspirações futuras das atuais forças interessadas na ZFM, considerando-se o que foi conseguido e conservado até hoje: seriam obviamente no sentido de ser mantido o modelo ZFM vigente hoje e cercado do eufórico "clima ideológico" que lhe assegura um estilo de acumulação marcado pela tranquilidade política (49).

Abstraindo, pelos motivos já referidos, as dimensões nacionais e internacionais envolvidas no empreendimento - e ficando portanto apenas na dinâmica por assim dizer amazonense - pode-se estabelecer que diversos "problemas" a nível político tendem a emergir para que as aspirações acima sejam futuramente garantidas com tranquilidade. Três desses "problemas" devem no momento ser destacados, pelo muito que podem dizer respeito à dinâmica política do porvir na década dos 80 no contexto amazonense:

a) a volta, à cena política aberta, dos políticos "populistas" antes afastados;

b) a cristalização de reivindicações mais nitidamente reformistas da ZFM em termos "regionalizantes";

c) a emergência de outras novas forças políticas no contexto. Quanto ao primeiro "problema", ele já começou a ocorrer no Amazonas, face à sistemática da chamada "abertura" nacional: um dos símbolos das antigas forças "populistas", o ex-Governador Gilberto Mestrinho, teve recentemente em Manaus, quando ali chegou após um prolongado exílio, uma recepção marcada por movimentos de rua e de "massa", como, segundo diversos entrevistados, o Amazonas não conhecia desde os idos anteriores a 1964.

Tal recepção foi vista como uma cabal demonstração de força

política, pois teria significado não só que o ex-Governador manteve uma máquina de mobilização política durante o exílio (ou foi capaz de re-organizá-la rapidamente), mas também que sua imagem ainda seria capaz de ter ressonâncias entre muitas camadas amazonenses, sobretudo "populares" (teriam corrido à recepção mormente trabalhadores, estudantes e populações marginais). A demonstração de força teria significado um excelente modo de também demonstrar que, seja na futura reformulação partidária, seja nas próximas eleições, seja na dinâmica política do dia a dia até os próximos pleitos, o quadro político amazonense teria repentinamente mudado em 1979 - e que a dita força política exigiria participação.

Outro personagem retornando à cena política é o ex-Ministro Almino Afonso, visto por alguns entrevistados como ainda detendo razoável força política no Amazonas ou capaz de recompor facilmente substancial força, "se se disputar a interferir mais claramente na política amazonense" (cf. um entrevistado).

Menciona-se os dois casos por que, segundo os horizontes atuais e do futuro próximo, eles conformariam diversos exemplos limites de possibilidades quanto a recomposição de antigas forças, articulação de novas e, pois, capacidades de configurar contingentes ponderáveis em peso eleitoral - a

perturbar ou não o atual e repetidamente mantido regime de dominação. Claro é, entretanto, que entre possibilidades/capacidades e efetivas realidades podem surgir importantes diferenças.

O exemplo-limite do ex-Governador parece repousar, quanto a suas possibilidades e realidades, em questões e desenvolvimentos entre os quais alguns se destacam.

O ex-Governador expressaria antigas forças de caráter "populista" que, tendo chegado a alcançar o poder formal no Amazonas, certamente no bloco dominante, provavelmente aspirariam novamente disputar o mesmo poder - e, pois, não cogitariam desempenhar simples papéis coadjuvantes e sim papéis principais. Para tanto, porém, seria necessário, por exemplo, que as referidas antigas forças realmente pudessem se articular de novo, que ganhassem pujança com a reunião de novas forças surgidas com a ZFM e, além disso, que o bloco dominante, hoje detendo o aparelho estatal, não usasse os seus trunfos para impedir ou dificultar que isso acontecesse.

Ora, as 3 condições exemplificadas não são nada fáceis de se corporificarem ao mesmo tempo.

A nova articulação de todas as antigas forças que, ou ficaram marginalizadas na situação pós-1964 e pós-ZFM ou foram cooptadas pelo bloco dominante que persistiu, envolvendo os empecilhos naturais dos diversificados interes

ses a que as mesmas passaram a se filiar. A reunião de novas forças, mediante a mobilização de contingentes trabalhadores e de populações marginais supervenientes à ZFM, ficaria estritamente na dependência de um discurso articulatório capaz da empreitada agregativa - discurso que suscitaria obvias dificuldades para emergir, pois é possível que o primitivo discurso "populista" não sirva mais em um contexto onde relações capitalistas se adiantaram; mas, por outro lado, um novo discurso, certamente com algum radicalismo, se arriscaria a obstaculizar a articulação das antigas forças, além de tornar improvável que a terceira condição exemplificada viesse a se dar, pois o bloco dominante de hoje somente a muito custo ficaria impassível diante desse novo discurso, caso ele fosse fórmula para efetivamente um grupo opositor alçar-se a um poder "autônomo" no Amazonas. Não impassível, o bloco dominante certamente possuiria trunfos para deflagrar ao menos uma encarniçada luta pela sua manutenção - e com muitas chances de vitória, face ao "clima ideológico" e a outros fatores já aludidos.

Tende a mudar o perfil dessa situação caso as forças representadas pelo ex-Governador simplesmente sejam cooptados pelo bloco hoje dominante e consistam em se-lo mediante a garantia de participação no bloco, via compensações

como certos postos eletivos ou não. Mediante uma aliança assim inclusive um discurso com certo radicalismo poderia ser admitido, o que provavelmente interessaria aos gregos e troianos da dominação, pois ambos assim poderiam talvez sair ganhando.

Lógico é, em tal hipótese, que as aspirações pela manutenção do modelo ZFM ficaria mais protegida.

O outro exemplo-limite poder tomar corpo com forças antigas e novas se articulando em torno do ex-Ministro ou de um delegado seu, na suposição de que tais forças, autônomas em relação às do ex-Governador, não perseguiriam o poder amazonense para já e não consentiriam em ser cooptadas facilmente. Nesse caso a situação tenderia a ser colocada em termos de efetivos confrontos e ficaria talvez na dependência de novas forças políticas emergirem no contexto, conforme se conjectura na parte final deste item.

Quanto ao segundo problema suscitado - o da cristalização de reivindicações regionalizantes quanto a ZFM - ele passou a constituir-se em possibilidades a partir do *affaire* PDP já mencionado e poderá ressurgir, inclusive com vigor, estabelecendo algum *divortium aquarum* no bloco dominante, pois é curial que as burguesias locais amazonenses, bem como seus "intelectuais orgânicos", estariam interessadas, num contexto de

"abertura", em tentar reter parcelas maiores da acumulação ensejada pela ZFM - e poderiam encontrar apoio para tal inclusive em outras burguesias regionais amazônicas.

Supõe-se que os interesses de nível nacional e internacional serão em princípio contrários a tais reivindicações, mas que a radicalidade de tal oposição seria maior ou menor dependendo de vários fatores, tais como a possibilidade de obter subsídios estatais compensatórios às margens de acumulação acaso perdidas com a regionalização com burguesias amazônicas para inversões regionais que também lhes propiciem lucros com a regionalização, o maior ou menor sucesso na operação de prevenir conflitos de classe, etc.

Em outras palavras, a radicalidade maior ou menor da oposição dependeria mormente de itens que envolveriam a posição do aparelhamento estatal e a própria dinâmica política amazônica - pelo que é lícito prever que os interesses do capital nacional/multinacional tenderão a interferir cada vez mais na dinâmica política estadual, para que o aparelhamento estatal possa conduzir-se cada vez mais à sua feição, inclusive quanto ao tipo de regionalização considerado oportuno para ser adotado.

Entende-se como claro, ademais, que a regionalização, sob tais condicionantes, somente poderia ser encaminhada caso não a-

meaçasse exterminar a "galinha dos ovos de ouro", vale dizer, estaria limitada àquele nível em que o regionalizar não implicasse em expulsar o capital nacional/multinacional da ZFM.

O terceiro "problema" - a emergência de outras novas forças políticas - é de ocorrência dificilmente evitável se se considera tendências do capitalismo na Região amazônica e o próprio avanço capitalista no Amazonas via ZFM.

Se o Amazonas terá ficado, na Região, por diversas circunstâncias, relativamente menos atingido do que o Pará ou o Acre em matéria de problemática fundiária, é de se prever que na década dos 80 poderá transformar-se em uma frente "privilegiada" a esse respeito. É que o chamado "fechamento da fronteira" já vai muito adiantado nas Unidades amazônicas e, como estaria relativamente menos avançado no Amazonas e em Roraima, nestas unidades tenderia a colocar-se proximamente.

Se a problemática fundiária mais aguda emergirá no Amazonas por meio de empreendimentos agropecuários ou por intermédio da pura e simples especulação direta com as terras, eis possibilidades; mas o que mais interessa no momento é determinar que, dessa constelação de eventos, volumosos interesses provavelmente se refletirão em forças políticas que muito atuariam sobre a dinâmica estadual, semelhantemente ao que suce-

deu e vem sucedendo nas outras unidades amazônicas. Como o capital e se tem encaminhado para as frentes agrárias amazônicas tem sido nacional e multinacional, a ocorrer o mesmo no Amazonas ter-se-á um substancial aumento das forças "alienígenas" na política do Estado, a reforçar um bloco dominante certamente solidário com a ZFM.

As outras forças políticas prováveis de se corporificarem no Amazonas estariam no terreno das classes dominadas.

Já se assinalou como a ZFM tem significado incrementos nos contingentes de trabalhadores e aumentos relativos de populações marginais seja em Manaus, seja no Interior, face ao chamado esvaziamento deste. Por outro lado, é de se imaginar que o aguçamento da problemática fundiária no Estado vá ensejar, proximamente a elevação nos contingentes de posseiros e populações sem terra. Quer dizer: uma ampla base de forças sociais, com articulações diversas à estrutura capitalista e a diferentes taxas de exploração, está em ascensão para o que devem significar forças políticas organizadas.

O "momento" dessas forças políticas, para se configurar, consistentemente irá depender de fatores tais como a progressão das estruturas sindicais, o surgimento de lideranças que escapem às costumeiras cooptações, a formulação de discursos articulatórios quanto à ação política, o êxito ou a

fracasso de "operações prevenção" como referido, algum esmorecimento ou reforço no atual e forte "clima ideológico" eivado de benesses sobre a ZFM, etc.

Mas, no que tange especificamente a Manaus, onde se admite que mais avançou a estruturação capitalista "moderna" dentro da Amazônia, é possível que boa parte destes e de outros fatores matüre celeremente e, destarte, implique na sedimentação das ditas forças políticas com maior rapidez.

O posicionamento dessas novas forças políticas, em relação à ZFM, tudo indica que afetaria sobremodo o item mão-de-obra barata - o que certamente teria a ver com as taxas de acumulação vigentes - mas não chegaria a inviabilizar a ZFM na medida em que esta, como vem sendo típico das "zonas de livre produção", baseasse sua acumulação em outros fatores além da mão-de-obra barata.

É claro que tais novas forças políticas, dependendo daquilo que estivesse ocorrendo de crise ou não no contexto capitalista envolvendo da ZFM, poderiam, além de afetar o item mão-de-obra, colocar em risco o próprio regime de dominação secularmente instalado, ao lutarem contra as exclusões a que rotineiramente tem estado submetidas, em tantos lugares.

N O T A S

- (1) Para efeitos de simplificação na exposição, divide-se o tratamento da ZFM, neste documento, em 3 momentos: o da criação, envolvendo ocorrências até Fev/1967; o da implantação, abrangendo o ano de 1967 na parte restante; e o da implementação ou do efetivo funcionamento, indo de 1968 em diante.
- (2) Cf. TUPIASSU, Amílcar A., "Zona Franca de Manaus: Estrutura do Poder Político - Referenciação do Estudo", Belém, Set/1979, documento datilografado encaminhado à Coordenação de Avaliação de Tecnologias, CNPq.
- (3) Tal referencial teórico-histórico consta do documento "Algumas Notas sobre o Estabelecimento de Zonas Francas em Países Subdesenvolvidos sob o Ponto de Vista da Necessidade de Expansão do Capital", Coord. Aval. Tecnologias, CNPq, Brasília, 1979. Nele verifica-se, por exemplo, que entre 1965 e 1975 cerca de 118 "zonas de livre produção" foram implantadas ou começaram a ser implantadas no mundo subdesenvolvido - o que leva o documento a comentar: "evidentemente, não se pode entender como sendo casual o fato de, por volta de 1965, 39 de 103 países do 3º mundo iniciarem um processo de industrialização característico de zonas de livre produção..." (p. 1, parte II).
- (4) A primeira versão deste documento in-

- titulava-se "Estruturas e Processos Políticos Relacionados com a Criação da Zona Franca de Manaus - Documento Preliminar" (Belém, Nov/1979) e foi discutida em Brasília, com a equipe do CNPq, a 21.11.1979.
- (5) O referencial mencionado na nota 3 foi, especificamente para esta parte política da pesquisa, complementado por linhas teóricas baseadas sobretudo em Gramsci, Althusser, Poulantzas, Almond, Laclau e Easton. Face ao grande número de obras desses autores, indica-se a seguir aquela que, em cada caso, mais serviu às perspectivas analíticas aqui desenvolvidas. Gramsci: "Maquiavel, o Estado e a Política"; Althusser: "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado"; Poulantzas: "Hegemonia e Aparelhos Ideológicos do Estado"; Almond: "Uma Teoria de Política Comparada"; Laclau: "Política e Ideologia na Teoria Marxista"; Easton: "Uma Teoria de Análise Política".
- (6) BENCHIMOL, Samuel, "Amazonia, Um pouco-Antes e Além-Depois", Ed. Umberto Calderaro, Manaus, 1977, p. 741.
- (7) BENCHIMOL, S., *op. cit.*, pp. 741 a 743.
- (8) Outros detalhes significativos Benchimol apresenta na mesma obra, p. 582, rodapé: "Agora eu conto as 'achegas de cordel' desse evento. Na qualidade de integrante da comitiva amazonense, (...) fui surpreendido pela distribuição súbita no plenário de uma relação de todos os contribuintes-empresários

amazônicos que haviam optado pela aplicação dos incentivos do Imposto de Renda na área da SUDAM, com total omissão das empresas amazonenses, bem como de um novo plano de valorização da SUDAM, organizado pela Montor(...) que, utilizando a técnica do espaço polarizado de Perroux, construiu um cripto-modelo, no qual aparecia Bacabal como polo de atração e irradiação mais importante na Amazônia Interior. Revoltado, fui até o Governador Arthur Reis para uma conversa ao 'pê do ouvido', eis que ele se achava ao lado do Ministro João Gonçalves. O professor Reis reagiu logo e disse-me 'Denuncia no plenário, manda brasa que eu aguento as pontas'. Quando fui e denunciei, o Governador Arthur Reis, estarrecido, 'balançou o coreto' e partiu para o 'grito'. O 'Rosa da Fonseca' quase afunda, pois houve reação, espanto e tumulto no plenário. Depois de passada a tempestade, amigos meus divulgaram o cordel, pelo qual o nosso irredentismo (...) passaria a ser conhecido como a 'Segunda Insurreição Cabana da Capitania de S. José do Rio Negro à bordo do 'Rosa da Fonseca' e o Arthur Reis (...) passaria a ter o apelido de 'Apolinário Maparajuba'.

(9) Como participei da I RIDA a bordo do "Rosa da Fonseca", testemunho a revolta e o "grito" mencionados por Benchimol, que muito sensibilizaram aquele fórum nacional de interessados na Amazônia.

(10) Evita-se focalizar tantos outros even

tos, como os relacionados com a chamada "integração nacional" da Amazônia ou com a expansão do capitalismo na Região, visto já haver razoável bibliografia a respeito - como o recente de Octávio Ianni ("Ditadura e Agricultura - O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia - 1964-1978", Civiliz. Bras., Rio, 1979). Vale notar, a propósito, que muitos situam esse processo como começando a ocorrer praticamente na década dos 60, com o que não concordo inteiramente, pois em outro trabalho defende-se a possibilidade de ser o mesmo recuado à década dos 40 (Cf. TUPIASSU, Amílcar A., "A Expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia", cap. de "Evolução e Situação Atual da Agricultura na Amazonia - Contribuições para o Estudo", de A. Tupiassu e Simão Jatene, supervisão de José Marcelino M. Costa, 1978).

(11) Exemplificativamente, quanto a iniciativas: a modernização da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (tornou-se uma das melhores do país, por um período), sob a liderança de Armando Mendes; quanto a cursos: os de "Análise Econômica" e de "Desenvolvimento Econômico", dados na Região sob patrocínio do BCA e da Universidade Federal do Pará, com organização do Conselho Nacional de Economia, por renomados professores do Sul, sobretudo ligados à CEPAL. Usa-se entre aspas a expressão "tecnocracia regional" por vários motivos, dentre os quais vale destacar dois. Primeiro, porque há determinados problemas teóricos envolvidos no emprego da expres

são quanto à Amazônia naquela época, como o problema da sua "organicidade" (Gramsci) ou não, o problema de ter sido ou não, segundo algumas discussões, mais "paraense" que propriamente "amazônica", etc - problemas que não vêm a propósito ensaiar resolver neste documento. Segundo, porque a expressão tecnocracia parece um tanto solene para designar aquilo que em realidade constituía, no início da década dos 60, apenas um pequeno grupo, embora com rápido crescimento posterior.

(12) Durante a Presidência Jânio Quadros, a SPVEA, que era acusada de -praticamente não ter técnicos ou de ser um reino de funcionários meramente burocráticos, começou a ser alterada. Governada pela Comissão de Planejamento (9 representantes de Unidades Federais amazônicas e de 6 "membros técnicos") e pela Superintendência, viu a Com. de Planejamento ficar composta de personagens considerados técnicos (civis e militares) em maioria no conjunto (é que foram técnicos alguns representantes de UFs indicados para ela) - enquanto o principal setor da Superintendência (o Setor Técnico-Orçamentário) começou a ser reestruturado para adquirir uma densidade técnica. Com a renúncia de Jânio é claro que esse regime foi interrompido, pois logo depois deixava a Superintendência o advogado e político Aldebaro Klautau - e com ele praticamente a totalidade da "tecnocracia regional" que ascendera.

(13) Uma espécie de "declaração oficial" - muito ilustrativa do novo discurso

e do reconhecimento das novas necessidades - eis o que aparece no Forum da Amazônia, realizado no Rio de Janeiro em 1963, com a participação de personagens daquela "tecnocracia regional". Tendo ali funcionado uma Comissão Técnica paralelamente à realização das conferências, o documento sobre a Região elaborado pela dita Comissão continha com muita ênfase, entre outras recomendações quanto ao desenvolvimento da Amazônia, aquilo que ficou conhecido como a diretriz de "sudenização da SPVEA". Fui conferencista no Forum e membro da dita Comissão e muito poderia contar sobre o "espírito" e as "sedes" que ali vigoraram. Idem sobre a Comissão para a Integração das áreas Regionais do Brasil, que o Conselho Nacional de Economia fez funcionar em 1962, com 2 membros providos de cada Região. Da Amazônia os membros eram Armando Mendes e eu, enquanto do Nordeste eram Celso Furtado e José Elito Pamplona e assim por diante - havendo nos documentos e discussões, além de verberações sobre a questão das desigualdades regionais no país, insistências em reformular a SPVEA quando se tratava de Amazônia.

(14) Face à natureza deste documento, julga-se dispensável discutir as mudanças políticas ocorridas ou as problemáticas referentes ao novo estágio de acumulação.

(15) A "tecnocracia regional" ascenderia em órgãos federais fundamentais e nos próprios Governos Estaduais que se "modernizam". Para o BCA, por exemplo,

foram Armando Mendes (Presidência), Nelson de Figueiredo Ribeiro e Camilo Montenegro Duarte (Diretores), ocorrendo que mais tarde, quando um quadro técnico ali foi implantado, foi organizado o DESEC (Departamento de Estudos Econômicos) sob a direção de José Marcelino M. Costa. De minha parte, fui no início de 1965 assessorar o CONDEPA (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará), mais tarde transformado no IDESP que existe até hoje.

- (16) Embora a "tecnocracia regional" preferisse poder trabalhar na SPVEA, das as atribuições desta, a preferência não foi politicamente viabilizada: é que o presidente Castelo Branco a reservara para um militar da sua confiança pessoal, segundo consta. Mas parte expressiva dela foi para o BCA com a intenção e o compromisso de propor, com a maior rapidez possível, uma reformulação de políticas para a Amazônia. Assim, com rapidez, ainda em 1964, sob a liderança de Armando Mendes, o trabalho a respeito é levado adiante, com o concurso de pessoal do BCA ou não (como, além dos mencionados na nota anterior, José das Neves Capela, Constantino Otero, eu próprio e outros companheiros que participávamos da referência a "tecnocracia regional").
- (17) Esse Chefe de Gabinete era Arthur Soares Amorim, amazonense, engenheiro, membro da equipe de Roberto Campos desde a consultora CONSULTEC, ex-membro da equipe da COPAM (Cia.

de Petróleo da Amazônia), do Grupo Sabá, que trabalhara na implantação da Refinaria de Manaus e que continuava com suas estreitas ligações no Estado do Amazonas.

- (18) Armando D. Mendes e Nelson F. Ribeiro.
- (19) Lei 5.172, de 28.09.1966, sobre o BASSA; Lei 5.173, de 27.10.1966, sobre a SUDAM; Lei 5.174, de 27.10.1966, sobre Incentivos Fiscais; e Lei 5.227, de 18.01.1967, sobre borracha.
- (20) Um exemplo está em MAHAR, Dennis J., "Desenvolvimento Econômico da Amazônia - Uma Análise das Políticas Governamentais", IPEA (Relatórios de Pesquisa), Rio, 1978, p. 20 e ss.
- (21) A um nível mais profundo, poderia haver problemas teóricos envolvidos tanto na identificação virtual que está sendo feita entre "integração nacional" e expansão capitalista, quanto na referência implícita a um "capitalismo brasileiro", mas, dada a natureza deste documento (cf. cap. 1), tais problemas serão deixados de lado. Há muitos trabalhos a respeito e nós mesmos temos algo escrito (Ver nota 10).
- (22) Cf. MAHAR, Dennis J., *op.cit.*, pp.117 e ss. - por exemplo.
- (23) Os representantes de Unidades Federais Amazônicas eram a maioria na Comissão de Planejamento da SPVEA e passaram a constituir ínfima minoria nos "legislativos" da SUDAM, como hoje no seu CONDEL (Conselho Deliberativo).

Ressalve-se que nas primitivas propostas oferecidas pela "tecnocracia regional" o esquema não era este, como também não o foi no Conselho Técnico da SUDAM, logo que esta foi criada. Sobre o "regionalizados" referido, cf. trabalho que preparei para a CEPAL em 1964/65, sobre a experiência da SPVEA.

- (24) Notar que a ZFM, mesmo após implantada, tem sofrido sucessivas restrições à liberdade de transacionar cambiais que originariamente ostentava.
- (25) Ver nota 21.
- (26) O referencial teórico-histórico mencionado na nota 3 trata dessa crise, como, de resto, vários estudos hoje disponíveis, como, por exemplo, o já clássico trabalho de Maria da Conceição Tavares e José Serra, "Além da Estagnação. Uma Discussão sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente no Brasil" (in, SERRA, José (Coordenação), "América Latina - Ensaios de Interpretação Econômica", Paz e Terra, Rio, 1976).
- (27) Se se acrescentar a isso as prováveis reações dentro da Amazônia, o quadro ainda seria mais complicado. Se se lembra que na "operação Amazônia" estrito senso não havia a nova ZFM, é cogitável que essa "operação" tivesse que ser reconcebida caso a idéia da ZFM tivesse que nela ser incluída - com impasses e adiamentos agora para a própria "operação" em sentido largo, incluindo a ZFM. Lembrar que forças

econômicas e políticas, por exemplo, do Pará, até hoje se queixam de que a ZFM significou prejuízos para a economia paraense e um "esvaziamento" de Belém. Lembrar também que a já mencionada "tecnocracia regional" já chegou a ser acusada de "paraensismo", (com o que obviamente ela não concorda).

- (28) "O Decreto-Lei nº 288 foi complementado na mesma data pelo Decreto-Lei nº 291, que estabeleceu incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da faixa de fronteiras, e teve o grande mérito de reconhecer e limitar a Amazônia Ocidental, constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas e do Acre e Territórios de Rondonia e Roraima, muito embora esses incentivos até hoje não tenham sido operacionalizados, a não ser a extensão às áreas pioneiras, zonas de fronteiras e outras localidades da Amazônia Ocidental de certos favores concedidos (...) aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca, para utilização e consumo naquelas áreas..." - Cf. BENCHIMOL, Samuel, op. cit. p. 745.
- (29) Exemplo de cientista político que trata das mudanças no regime pós-1964 é Carlos Estevan Martins, nas "hipóteses explicativas" que orientam o "relato descritivo" que formula em "A Evolução da Política Externa - 1964 a 1974". 3a. parte do seu livro "Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil" (Graal, Rio, 1977): 1

No período Castelo Branco, a política externa tem como seu principal fundamento os interesses virtuais da burguesia internacionalizada, na qual se incluem, naturalmente, os grupos nacionais associados aos investimentos estrangeiros ou dependentes, em moldes tradicionais, do setor externo da economia. Simultaneamente, verifica-se, pelo menos no interior do governo, uma estreita correlação entre a defesa da política exterior posta em prática e o apoio ao projeto de institucionalização de um modelo político elitista, mas de corte liberal-democrático. No campo da doutrina militar, prevaleceram teses defensivas, ligadas ao conceito de segurança coletiva. Finalmente, a ideologia governamental do período foi o chamado liberal-imperialismo. 2. No período Costa e Silva, a política externa tem como seu principal fundamento os interesses virtuais de burguesia nacional, não no sentido de que os próprios membros dessa classe pressionassem o governo em favor da adoção daquela política, mas no sentido de que um influente setor dos círculos governamentais decidiu autoerigir-se em porta-voz e promotor dos interesses imputáveis à burguesia local não associada a grupos externos. Simultaneamente, verifica-se, pelo menos no interior do governo, uma estreita correlação entre a defesa da política exterior posta em prática e o apoio ao projeto de institucionalização de um modelo político mobilizador, mas de corte autocrático-paternalista. No campo da doutrina militar, continuam a prevalecer as teses defensivas,

mas agora ligadas ao conceito de segurança nacional. Finalmente, a ideologia governamental do período foi um nacional-populismo de tipo novo, distinto das versões anteriores, como o janguismo ou o janismo, quando menos pelo fato de não se apoiar no funcionamento normal das instituições democráticas. (C.E. Martins continua a respeito do período Médici).

- (30) Como participei da I RIDA e tive ou tenho relações com boa parte daqueles que tomaram lugar nos acontecimentos, creio poder apresentar o meu ponto de vista, segundo o qual Benchimol tem efetivamente autoridade para falar do assunto.
- (31) Ver MANNHEIM, Karl, "Libertad, Poder y Planificacion Democrática", Fondo de Cultura Económica, México, 1953; idem, "O Homem e a Sociedade", Zahar, Rio, 1962; idem, "Ideologia e Utopia", Globo, P. Alegre, 1950. Tb. RICOEUR, Paul, "Interpretações e Ideologias", Livr. Francisco Alves, Rio, 1977.
- (32) ALTHUSSER, Louis, "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado", Presença, Lisboa, 1974; LACLAU, Ernesto, "Política e Ideologia na Teoria Marxista", Paz e Terra, Rio, 1979.
- (33) No grupo que ajudou a preparar os ante-projetos, fiz parte daqueles que propuzeram um debate regional amplo dos ante-projetos - o que acabou se transformando em desejo de todo o grupo, mas se tornou inviável, pois fomos vencidos pela necessidade de apre

sentar logo os trabalhos, sob a expectativa de que ainda em 1964 eles pudessem virar leis.

(34) Como não estavam concebidas ou anunciadas as rodovias que o viriam a ser na década dos 70 (Transamazônica, Manaus/Porto Velho, Perimetral Norte, Manaus-Boa Vista, etc), reclamavam os amazonenses que a Belém-Brasília só beneficiava a Amazônia Oriental e que a Brasília-Acre fazia o mesmo quanto ao extremo da Amazônia Ocidental, ocorrendo que ambas pesavam para "esvaziá-la" o Amazonas.

(35) Tal importância geopolítica de Manaus e do Amazonas é reconhecida, por exemplo, no trabalho que Lewis Tambs apresentou no Simpósio "Man in Amazon", Universidade da Flórida, 1973 (do qual participei), sob o título "Geopolitics on Amazon". Idem quanto às faixas de fronteiras nas doutrinas da "segurança nacional".

(36) Alguns exemplos: Arthur Amorim há muito era ligado a Roberto Campos (ver nota 17), reconhecidamente alguém com antigas e intensas articulações/experiências internacionais; o Grupo Sabbá, de Manaus, trabalhando em petróleo, igualmente possuía articulações/conhecimentos, como bem o demonstra Samuel Benchimol em seu livro "Petróleo na Selva do Juruá - O Rio dos Índios Macacos" (Ed. Univ. Amazonas, Manaus, 1979, pp. 992/93), ao narrar como Mr. Lawrence Reed, Presidente da Texas Gulf of América e da Ganso Azul propôs a Isaac Sabbá, em 1957, uma premo-

nição que levaria a um grande negócio pedir ao Governo brasileiro "uma urgente concessão para perfurar no estuário do Amazonas, além do mar territorial de 3 milhas de então...". Benchimol conta também que, anos mais tarde, quando do Reed resolveu vender sua companhia, "... teve um nobre gesto de renúncia e cortesia para com o amigo Sabbá: ofereceu-lhe a opção da Ganso Azul...".

(37) É claro que não se tem levantado um rol comprovado de todos os principais atores e forças do "palco" criação ZFM, mas, quanto a pelo menos alguns identificados, a competência técnica é facilmente atestável.

(38) A nota é assinada pelo Inspetor Milton Bittencourt Catanhede.

(39) A notícia da criação da ZFM, um verdadeiro *grisson* percorreu a cidade, que logo depois via suas principais ruas atravessadas de faixas com dizeres laudatórios à medida redentora, bem como pizações favoráveis em muros e mesmo árvores do centro comercial.

(40) Cf. TUPIASSU, Amílcar, "Condições Estruturais e Formas de Participação Política na Amazônia", Mesa Redonda do Rio de Janeiro, IPISA (Internacional Political Science Association), 1969, mimeo; Ver tb diversos artigos sobre as eleições paraense publicados na RBEP (Revista Brasileira de Estudos Políticos). Cf. tb. TUPIASSU, Amílcar A. & SANTOS, Roberto A. D., "Curso de Introdução ao Estudo Sociológico e Econômico do Pará", Fac. Filosofia,

Ciências e Letras da Univ. Fed. Pará,
Belém, 1967, mimeo.

- (41) O enquadramento teórico daquilo que no Amazonas é considerado um ensaio populista constitui, em realidade, um problema. Sob determinadas linhas teóricas, como em certa medida a de Wefort, o ensaio poderia como populista ser entendido, o que dificilmente ocorreria sob uma linha analítica como a de Ianni ou mesmo como uma de Laclau. De qualquer modo, face ao caráter exploratório da pesquisa realizada no Amazonas a respeito, deixamos o enquadramento em suspenso e conservamos o termo populista entre aspas.
- (42) Existe todo um folclore e um lendário sobre o que teriam sido os tempos de Mestrinho, quanto a *"governar para os pobres e os desamparados"* (segundo um entrevistado) ou quanto a *"instaurar um regime de corrupção, com jogo de arqui bancada e de geral"* (segundo outro entrevistado). O certo é que partidária e eleitoralmente exsurgiu uma força política expressiva àquela altura, inclusive por ter empolgado o Governo do Estado.
- (43) *"Um dos principais elementos"* - e não o elemento - porque, sobretudo na década dos 70, houve razoável atuação governamental em construir estradas, aeródromos ou cuidar de certo modo das faixas de fronteiras. Restringe-se as afirmações ao Estado do Amazonas - e não se as estende à Amazônia Ocidental, como bem poderia ser o caso, porque aquilo que foi pesquisado disse mais

estritamente respeito ao Amazonas.

- (44) Segundo estampam os jornais e murmuram os comentários, o Governador Lindoso teria nada mais nada menos que via um simples telegrama solicitado ao Ministro do Interior a exoneração do Superintendente da SUFRAMA, Rui Lins, abrindo uma crise que, infelizmente, não pode ser investigada a tempo de ainda ser tratada no presente documento.
- (45) Tive em diversas ocasiões oportunidade, por exemplo, de ver o interesse pessoal do Ministro do Interior Costa Cavalcanti em opinar ou decidir sobre assuntos da SUFRAMA e de perceber, também, o seu empenho pessoal quanto aos detalhes da construção do Distrito Industrial da ZFM.
- (46) Um escritório como o do arquiteto H. J. Cole assessorou boa parte das implantações físicas da SUFRAMA e de projetar, naquilo que efetivamente chegou a ser projetado, o Distrito Industrial.
- (47) É o que se afirma quanto ao tempo em que João Walter foi governador, segundo as declarações da maioria dos entrevistados. Conhecemos alguns secretários e assessores nessa administração - e realmente eles não eram do Amazonas.
- (48) Ver o referencial teórico citado na nota 3.
- (49) Já existem cogitações e mesmo propostas quanto prorrogar a ZFM após 1997.